

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA CULTURA ESCRITA NA CORTE IMPERIAL

Valdeci Rezende Borges¹

Resumo:

Este texto propõe uma reflexão sobre a constituição dos meios de comunicação da cultura escrita na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, tendo por referência central a figura de José de Alencar e suas experiências como leitor e escritor.

Abstract:

The paper aims at reflecting about the constitution of the means of the written culture communication in the city of Rio de Janeiro in the middle of the 19th century, having as central reference the figure of José de Alencar and his experiences as reader and writer.

Na cidade do Rio de Janeiro de meados do século XIX, constituía-se uma sociedade familiarizada com os mundos do texto e da cultura escrita. Empreendeu-se um vasto movimento de criação e difusão de bens culturais, criando diversas instituições de uma sociedade moderna, como escolas, bibliotecas, periódicos, museus, teatros, livrarias, gabinetes de leitura.... Elas foram as bases de um mundo e uma cultura nos quais a comunicação impressa, a leitura e a escrita eram essenciais. Houve um crescimento gradativo do número de organizações que fomentaram a vida cultural da Corte, a produção e a divulgação de bens que propiciaram a expansão dos hábitos de leitura, da cultura letrada e seus conteúdos, como tipografias, espaços de comércio e de acesso a textos, fazendo o público leitor crescer.

Nessa cidade, palco de alterações e símbolo da mudança, inseria-se uma plêiade de letrados, escritores, romancistas, jornalistas..., que produziam, observando-a, alimentando-se de sua matéria-prima e oferecendo suas criações a leitores, que por elas se orientavam e se formavam à medida que se criava e se consolidava uma rede institucional, que possibilitava o fortalecimento das práticas culturais ao redor do texto escrito e da leitura.

Foram o teatro e a música, formas de comunicação e difusão oral da cultura escrita, as primeiras trincheiras na conquista do público leitor fluminense. Na década de 1840, a vida cultural desenvolveu-se e, na seguinte, Alencar, em seus folhetins, indicou uma melhora nos espetáculos e no interesse do público por aqueles. Por volta de 1855, eram cinco os teatros: o Provisório, o de São Pedro de Alcântara, o Lírico, o de São Francisco e o Ginásio Dramático. Já em

¹ Doutor em História pela PUC/SP; Prof. da UFG/CAC; Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais.

1877, Machado de Assis, listando os teatros e as peças em cartaz, contou oito casas. O teatro transmitia oralmente os textos escritos, que eram, em geral, estrangeiros. Nos intervalos das peças, era comum aparecer a figura do declamador, não raro, um jovem poeta, que recitava versos e atirava exemplares impressos ao público. Lendo em voz alta, colocava seu trabalho em circulação, publicava-o. (Alencar, 1960:660-770; Machado de Assis, 1955: 23)

Predominavam peças românticas francesas, de Dumas e Hugo, que lotavam os espetáculos em Paris. Com elas, o espectador aderiu ao romantismo e o público aumentou, estimulando o autor nacional, dentre eles, Alencar, que voltou sua atenção para a cidade, adotou o realismo romântico como estética dramática e discutiu temas sociais que foram motivo de excitação e escândalo. Nos textos nacionais, sobretudo as comédias, pintavam-se, até certo ponto, os costumes brasileiros, e podiam-se ver tipos como o vizinho ridículo, a velha gaiteira, a moça namoradeira, a intrigante e o comerciante esperto. Em 1855, J. M. de Macedo fazia sucesso e foi o escritor mais encenado desse decênio e do seguinte, sendo marcado pela tendência popular, prosseguindo na tradição iniciada por Martins Pena. (Machado, 2001: 284, 294-6; Alencar, 1965: 125-6)

Recebiam-se, também da Europa, muitos espetáculos de ópera, suas canções, compositores, companhias e atores. Eles atraíam espectadores, produziam fãs de suas intérpretes, sobretudo das primas-donas, como Charton, Lagrange, Stolz, vistas em óperas como *Trovador*, *Traviata*, *Lucia de Lommermoor*, *Fausto*, *Norma* e *Hernani*. No teatro, a música clássica italiana, seguida pela alemã e francesa, era hegemônica. Por seu meio, os românticos comunicaram seu imaginário, atingiram e conquistaram o público. (Alencar, 1965: 125-6; Alencar, 1960: 660-770)

No processo de comunicação e difusão dos imaginários na sociedade, além do avanço do suporte tecnológico e dos meios de informação da cultura escrita, a escolarização teve papel dinamizador. A imprensa, a escrita e o ensino escolar cruzaram-se na linguagem, na leitura e na cultura em geral. As transformações da imprensa e formas de edição, junto com as instituições formais da elite, configuraram o campo da cultura letrada. O estabelecimento da rede escolar formava leitores e transformava as condições de transmissão e recepção do texto escrito. A multiplicação das escolas e a alfabetização transmitiram a capacidade de ler e escrever, familiarizando a sociedade com a cultura escrita.

Em meados do século XIX, a educação da mulher melhorava com o aprendizado das primeiras letras e algum francês, e ela tornava-se mais livre e desembaraçada em suas atitudes. Ampliavam-se os estudos que iam se constituindo numa rede educacional, pública ou privada, leiga ou religiosa. A alfabetização e a escolarização difundiam o escrito e possibilitavam que o leitor se desvinculasse dos saberes até então adquiridos apenas oralmente, mesmo que advindos do universo da cultura escrita. Em 1842, eram 25 as escolas públicas primárias, sendo 17 do sexo masculino e 8 do feminino, nas quais havia 876 meninos matriculados e 372 meninas. Já em 1848, eram 875 meninos e 481 meninas, e, em 1850, as escolas atingiam o número de 29, sendo 18 masculinas e 11 femininas. (Rios Filho, 2000:399)

Em contraste com o ensino elementar oficial, proliferavam colégios particulares, considerados melhores, possuindo renome e preferência da elite. No ensino secundário, fundado nas humanidades, nos clássicos, latim e literatura, o *Colégio Pedro II* estabeleceu nova cultura escolar, copiando os liceus franceses e iniciando a unificação do ensino, abrindo caminho para outros institutos, como o *Botafogo*, para meninas, e o *Atheneu*, para meninos.

Com isso, houve a ampliação e diversificação das publicações, conforme as várias demandas crescentes que emergiram, dentre elas, as de livros didáticos. Eles proporcionaram ao mercado editorial uma linha de venda segura e permanente. Garnier foi o primeiro editor a buscar atender a tais necessidades e muitos professores do *Pedro II*, em geral, membros do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o intuito de edificar a nação, tornaram-se autores de livros didáticos, divulgando o conhecimento sistematizado na agremiação. A Livraria Clássica, fundada em 1854, cresceu com essa exigência e, a partir de 1872, Francisco Alves especializou-se nessa área, tornando-se o primeiro editor brasileiro a fazer dela esteio principal de seu negócio.

O volume de publicações dirigidas às mulheres foi crescente e a tipografia de Paula Brito evidencia que ele estava atento à existência desse novo público leitor. Ele lançou, em 1832, a primeira revista feminina do país, chamada *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, impressa por Plancher, que sobreviveu até 1846 e foi sucedida por *A Marmota*, que durou de 1849 à 1864. Os periódicos femininos disseminaram, existindo diversos similares como *O Jornal das Senhoras*, de 1852, e o *Jornal das Famílias*, que circulou de 1863 a 1878.

Porém, a leitura e a presença de um público leitor em constituição podem ser percebidas, ainda, com a formação de uma

rede de bibliotecas, sociedades de leitores e livrarias. Por essa época, muitas livrarias e editoras firmaram-se, como a Casa Laemmert, surgida em 1838, que editava, dentre outras obras, literatura, e a livraria dos Garnier, fundada em 1844, que publicava autores brasileiros, como Alencar e Machado de Assis, além de reimpressões de romances-folhetins saídos em revistas e jornais. Depois de 1850, o público leitor expandiu-se, em particular, leitores de romances, nacionais e estrangeiros, e a Garnier dominava o mercado. Sua livraria era considerada por Machado como copiosa e variada, havendo obras desde teologia até a novela, o livro clássico e o recente, a ciência e a imaginação, a moral e a técnica. (Hallewell, 1985: 134-9; Machado de Assis, 1959: 399)

As livrarias especializaram à medida que o livro, como objeto de consumo, tornava-se mais difundido e necessário para o cotidiano dos estudantes, professores e outros grupos socioprofissionais, que demandavam por livros científicos e técnicos, visto que o comércio de obras literárias, sobretudo brasileiras, proporcionava baixos lucros. Elas deixavam de ser meras distribuidoras de livros, associando-se a casas tipográficas e editoras. Os proprietários, de “tratantes em livros”, chegaram a respeitáveis livreiros e editores, cada vez mais especializados, acentuando a tendência de vender apenas materiais específicos do ramo, não sendo mais diversificadas como antes. Elas foram incorporadas ao cotidiano dos segmentos instruídos, formando núcleos de sociabilidades, ao passo que o círculo de leitores ampliava conforme indicavam os números de usuários de bibliotecas, de anúncios de livros nos jornais, e as menções à sua presença na vida dos cariocas em obras literárias. (Ferreira, 1999: 81-6)

Algumas livrarias eram espaços de encontro da intelectualidade, de sociabilidade mediada pela conversação, atraindo leitores, que buscavam todo tipo de novidade, fazendo delas “clubes” de convívio. Isso ocorria com a livraria de *Mongie*, na rua do Ouvidor, entre 1832 a 1853, vista por Macedo como “preciosa fonte de civilização” e “freqüentada pelos homens de letras e pelos cultivadores das ciências, que achavam nela os melhores livros de publicação recente e o gozo da conversação ilustrada e espirituosa com o livreiro.” Nessa rua, existia, ainda, grande concentração de casas que difundiam a cultura letrada, escrita e impressa, que eram locais de mercado e de sociabilidade do círculo de leitores. Houve livrarias como a de João Albino, que antecedeu a Livraria Universal dos irmãos Laemmert, como a de Villeneuve, a de Garnier, a de Cremière, a de Firmim Didot e a de Luis Mongie... Existia

ainda a Tipografia Plancher e os importantes *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*, além de vários gabinetes de leitura. (Macedo, 1963: 132, 140, 177-8; Ferreira, 1999: 77-8, 97).

Mas, além da loja de Mongie, a prática de transformar uma livraria favorita dos intelectuais num clube literário informal, também ocorreu com a *Sociedade Petalógica*, do livreiro e editor Paula Brito, e com a Garnier. Nessa última, de acordo com Machado de Assis, ocorreram “conversações tranqüilas” entre ele e Alencar, que estabeleciam “relações literárias”, tratando dos “negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação”. (Machado de Assis, 1959: 397-8; Id., 1955: 262-3).

Muitas foram as sociedades literárias na Corte, nas quais se recitavam poemas e conversava-se sobre literatura, como *A Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, o *Ginásio Científico-Literário Brasileiro*, a *Sociedade Ensaios Literários*, a *Sociedade Phil'Euterpe*, o *Grémio Literário Português* e o *Retiro Literário Português*. Essas associações organizavam saraus litero-musicais, animados por piano, canto, recitação e, a partir do começo de 1860, em algumas, pela presença de poucas mulheres, pois as sociabilidades masculinas e femininas, dadas ao redor do livro, ocorriam, em geral, em locais diferentes. (Machado, 2001:265-279).

A presença e o aumento dos livreiros, encadernadores e tipógrafos, apontavam para a difusão das práticas da leitura, pois eles dos circuitos de comunicação das obras, encarregados da produção e distribuição do texto impresso. No ano de 1844, existia, na cidade do Rio de Janeiro, 10 livreiros, 14, em 1849, 17, em 1859, 16, em 1864, 18, em 1872 e 21, em 1875. Durante a década de 1870, as principais livrarias anunciadas no *Jornal do Comércio* eram: a Garnier, a Enciclopédica, a Laemmert, a Cruz Coutinho, a Casa de uma Porta Só, a Luso-Brasileira, a Dupont e Mendonça, a Clássica, a Econômica e a Correia de Melo. Já os tipógrafos eram 12, em 1844; 22, em 1849; 28, em 1859; 35, em 1864; 41, em 1872 e 50, em 1875. Esse crescimento indicava a ampliação das publicações e do público consumidor de tais bens. (Schapochinik, 1994: 149; Ferreira, 1999: 83)

Mas nem sempre as figuras do impressor e do livreiro equivaliam à do editor. Garnier era um livreiro-editor, oferecia aos autores serviços gráficos e editoriais, mandando imprimir, na França, com o selo de sua casa, e publicando, aproximadamente, 665 obras de escritores brasileiros. Dentre as casas impressoras da Corte, podem-se citar algumas como: a *Empresa Tipográfica do Diário*, a *Tipografia Viana & Filhos*, a *Tipografia de Melo*, a *Tipografia de Pinheiro & Companhia*, a

Tipografia de Santos Cardoso & Irmão, a Tipografia e Litografia Imparcial de Felix Ferreira & Companhia, a Tipografia da República, a Tipografia Franco-Americana e a Tipografia Perseverança.

Além da produção e venda de livros novos, existiam os sebos, que vendiam volumes baratos voltados para leitores mais populares. Nesses “belchiores”, como de Albino Jordão, achavam-se, “em geral, obras já usadas, livros em *segunda mão* e, portanto, baratíssimos”, conforme Macedo. Os estudantes recorriam aos sebos e seus proprietários freqüentavam os leilões de livros divulgados nos jornais, como o *Jornal do Comércio*. Jordão foi o primeiro livreiro que teve a Ouvidor, antecedendo os Laemmert e Garnier. Dessas livrarias instaladas na rua de maior prestígio da cidade dependia o destino de um livro de autor local e desconhecido. Suas vidraças, de acordo com Machado, solicitavam a “atenção dos passantes” e a obra começava “a correr o mundo”. Tais casas podiam consagrar o escritor e sua obra. (Alencar, 1965: 118; Macedo, 1963: 89-90, 141; Machado de Assis, 1955: 31).

Proliferaram, ainda, instituições que tornaram possível o acesso a livros e periódicos sem adquiri-los, como as sociedades de leitura. Os gabinetes de leituras eram boa via de acesso a obras desejadas, e muitos eram organizados dentro de livrarias, onde se alugavam livros, outros existiam em bibliotecas públicas. Um dos mais freqüentados foi o *Gabinete Português de Leitura*, havendo outros como o *Gabinete Inglês de Leitura*, a *Sociedade Germânica*, o *Cercle Suisse...* Vários se concentraram na Ouvidor, como o de Mongie, o de Dujardim, o de Mme Edet e o de Mad Breton, e anunciavam nos jornais e em catálogos, as novidades trazidas da Europa. (Machado, 2001: 203-6; Schapochnik, 1994: 155-7).

Em relação às bibliotecas, que permitiam a instrução, a pesquisa e a difusão de idéias, a principal era a *Biblioteca Nacional e Pública da Corte*, que, em 1844, contava com 72.000 volumes. Mas o público preferia freqüentar bibliotecas mais modestas, que ofereciam várias vantagens como o empréstimo de livros e a flexibilidade de horário de funcionamento, como a *Biblioteca Fluminense*, criada em 1847, estabelecida no centro e cobrando 12\$000 anuais ao sócio, que podia levar o livro para casa. Ela, em 1850, possuía 10 mil volumes; em 1855, 18 mil; em 1860, 28 mil e, em 1866, 34 mil. (Schapochnik, 1994: 158-61; Rios Filho, 2000: 463)

Porém, existiam outras bibliotecas, leigas, religiosas e públicas. Elas ampliavam seus acervos e divulgavam o número de leitores no *Jornal do Comércio*, como a da *Faculdade de Medicina*, do IHGB, da *Escola da Marinha*, da *Politécnica*, da *Imperial Associação Tipográfica*, da *Academia de Belas Artes*, do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, do *Instituto dos Surdos Mudos*, do *Mosteiro de São Bento*, dos *Conventos de Santo Antônio e do Carmo*. Elas alargaram as expectativas dos leitores, pois contribuíram para novas experiências e reforçaram práticas ancoradas na escrita. (Rios Filho, 2000, 463; Ferreira, 1999: 98)

A ampliação do círculo de leitores, que esse movimento pressupõe e aponta, foi superior aos números identificados, visto que muitos não freqüentavam bibliotecas, nem livrarias, nem gabinetes de leitura, mas possuíam acesso a livros por meio das mais diversas formas, como as leituras coletivas, em voz alta, empréstimos pessoais, folhetins, livros populares que não formavam coleções, literatura de algibeira. (Werneck, 1985: 51-3)

Mas não era apenas por meio de um editor que se conseguia publicar obras e chegar ao público leitor. Alencar apontou o processo de publicação de seus escritos nos anos que antecederam seu contrato com Garnier, em 1870, tratando do recurso do folhetim e das edições custeadas pelo próprio autor. Em 1856, no *Diário do Rio de Janeiro*, publicou seu primeiro romance, *Cinco Minutos*, “em meia dúzia de folhetins [...] que foram depois tirados em avulso”. Folhetins que funcionavam como chamariz de público para ampliar as tiragens dos jornais e nos quais a propaganda tinha papel relevante para vender romances. Em folhetim, Alencar publicou ainda *A Viúvinha*, *O Guarani*, *Til* e *Encarnação*. (Alencar, 1965: 115).

Nas décadas de 1860 e 1870, pode-se observar, pela experiência de Alencar, a existência de alguns espaços e instituições que compunham uma rede de comunicação da cultura escrita, por meio da qual o texto tornava-se impresso, chegava ao leitor e era lido. Mas a constituição dessa base institucional de produção e difusão de textos, que precedia a leitura, resultou de um processo longo, dado na primeira metade do século. A introdução da tipografia na cidade, atrelada ao advento da Família Real, rompeu com a situação anterior e contribuiu para formar novas práticas ao redor da cultura escrita, com a criação da *Impressão Régia*, futura *Tipografia Nacional*, e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A partir daí, passou-se a agregar alguns elementos necessários para a configuração de uma sociedade de leitores, como os mecanismos

básicos para a produção e circulação de textos impressos, como as tipografias. Novas condições inseridas no movimento de expansão do capitalismo e do mercado, no qual o jornal, a revista e o livro, como mercadorias, submetiam-se à relação de compra e venda, pressupondo contratos de produção, edição e impressão, formas de venda e distribuição para o consumo. (Lajolo: 1996: 18)

Alencar, remetendo-se ao fim da década de 1830, citou alguns livros que compunham sua pequena biblioteca como *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas* e *Celestina*, dentre “outros”. Mas esse restrito “repertório romântico” pode ser expandido com textos muito consumidos na cidade e que figuravam nos catálogos das livrarias. Eram novelas populares por várias décadas, como *Paulo e Virgínia*, *O Diabo Coxo*, *A Choupana Índia*, *Cartas de Abelardo e Heloísa*, *Magalona*, *João de Calais*, *Carlos Magno* e *Marinheiro Vicente*, que contribuíram para a constituição do público leitor. (Alencar, 1965: 107; Meyer, 1996: 28,45).

Na década de 1840, com as novas possibilidades de acesso a obras de ficção, outros autores fizeram parte do repertório de leitura de Alencar, como Balzac, Alexandre Dumas, Alfredo de Vigny, Chateaubriand, Victor Hugo, Walter Scott, Arlincourt, Soulié, Eugenio Sue, Byron, Lamartine e Cooper. Vários desses já traduzidos e editados na cidade, como fazia o editor-impressor Villeneuve. Ocorria uma mudança no tipo de obra disponível ao leitor e a ampliação das formas de acesso a elas, atrelada à instalação de casas de impressão, à criação de jornais e revistas e ao aumento da oferta de livros, estrangeiros, importados, ou nacionais. (Alencar, 1965: 110-2).

A imprensa teve papel importante nesse contexto e era vista pelo romancista como uma “força civilizadora da sociedade”, que estava “destinada a dominar o mundo, como a maior criação do homem”. Nela, concentravam-se dois “poderosos elementos da civilização, os dois grandes agentes que fazem o mundo: a inteligência e o vapor”. Mas esse quadro, do vapor movendo a máquina impressora, era por demais recente no Brasil. (Alencar, 1960: 792).

No Rio de Janeiro, até 1822, existia apenas uma gráfica impressora, mas, já em 1823, eram sete, e, em 1842, doze. Dentre elas, destacava-se a Plancher, que publicou a primeira novela brasileira, *Statira e Zoroastes*, de Lucas José de Alvarenga, em 1826, embora o mercado para ficção fosse limitado e abastecido pelas importações de Portugal e por edições em português feitas em Paris. Plancher, além de imprimir folhinhas, leis, papéis avulsos e vender livros e calendários, publicou periódicos como *Jornal do Comércio* e o *Almanaque Plancher*, que se tornou

um sucesso e um modelo que outras casas buscaram imitar, como o *Almanack Laemmert*. (Hallewell, 1985: 68, 70, 72; Sodré, 1977: 126).

Na primeira metade do século, a imprensa carioca tinha caráter artesanal e só por volta do fim da década de 1840 caminhou para a produção mecanizada. Plancher, em 1834, vendeu sua tipografia a Junio Villeneuve, que possuiu a primeira impressora mecânica do hemisfério sul e, mais tarde, a primeira rotativa e a primeira *Linotipo*. Ele aumentou a tiragem do *Jornal do Comércio* de 4 mil exemplares, em 1840, para 15 mil, em 1871. Já em 1848, era o maior impressor da cidade, e seus principais competidores eram a *Tipografia Nacional*, com uma impressora mecânica e uma manual; as *Tipografias de Paula Brito* e a *Laemmert*, cada qual com uma impressora mecânica e seis manuais; a *Tipografia do Diário do Rio de Janeiro*, com uma mecânica e três manuais; e o *Correio Mercantil* e o *Correio da Tarde*, cada qual com uma mecânica e duas manuais. De 1808 a 1900, existiram na cidade 149 tipógrafos, dentre eles, os impressores-editores Silva Serva, Plancher, Villeneuve, Bertrand, Paula Brito, Leuzinger, Laemmert e Garnier. (Hallewell, 1985: 83,87; Bragança, 2002: 69).

Villeneuve empregava seus recursos tecnológicos, sobretudo, no *Jornal do Comércio* e aumentou sua circulação de 400 exemplares, quando fora criado em 1827, para mais de 4.000 em meados de 1840. A edição de livros era atividade menor, mas contribuía para o desenvolvimento das edições publicando traduções de Victor Hugo, Eugenio Sue e Alexandre Dumas. Como os livreiros franceses, tão logo chegava ao fim um folhetim, publicava-os em forma de livro, em volumes de baixo preço. À medida que os meios de impressão desenvolviam e a imprensa periódica tornava-se estável, com órgãos de vida mais longa, produzia-se a familiaridade da população com o texto impresso e a leitura. No periodismo, além dos grandes jornais, havia também a “pequena imprensa”, geralmente movida pelas paixões e lutas políticas. (Hallewell, 1985: 76; Meyer, 1996: 33; Sodré, 1977:140-6).

A experiência de Alencar interliga imprensa periódica e literatura. Foi no *Correio Mercantil*, na década de 1850, que ocorreu o início de sua carreira de escritor. Estreou como colaborador e, depois, entrou para sua redação, escrevendo os folhetins semanais *Ao Correr da Pena*. Administrou e chefiou a redação do *Diário do Rio*, no qual publicou crônicas e alguns romances-folhetins. Esteve ligado ainda à revista semanal *Livro do Domingo*, em que publicou parte de *A Viúva*, além

de outros órgãos como o *Diário Popular*, a *Folha Nova*, *A República*, *O Globo*, *O Dezesseis de Julho* e *O Protesto: Jornal de Três*.

Foram publicações importantes do tempo de Alencar, a *Revista Trimensal* do IHGB, a *Guanabara*, a *Íris*, a *Revista Brasileira* e a *Revista Popular*. Garnier publicava esta última, que era uma revista ilustrada e que, depois, mudou de nome para *Jornal das Famílias*. No conjunto de tais iniciativas culturais, inserem-se a *Revista Ilustrada*, o *Jornal das Senhoras* e *O Domingo*. Eram tradicionais, por não possuírem vida efêmera, o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro*, mas muitos outros periódicos existiram na imprensa diária.

Nos periódicos, a novidade e o atrativo do folhetim tiveram impacto na conquista do leitor. Taunay revelou que Alencar tinha seu lugar no universo do folhetim e que era moda o público acompanhar essas produções que atingiam mulheres, estudantes e outros segmentos do público masculino leitor de jornais. O *Guarani*, publicado no *Diário do Rio*, era acompanhado com enleio, comoção e simpatia, inclusive, em São Paulo. (Taunay, 1923: 85-7).

Por meio da produção da imprensa, foi-se formando e conquistando um público de leitores, e a prática da leitura intensiva, ancorada em poucas obras disponíveis, com traços edificantes e destinada inevitavelmente à repetição, começava a conviver, por volta dos anos 1840, com um padrão de leitura extensiva, institucionalizada em novos contextos e fundada em textos que se destinavam à instrução e ao entretenimento. (Schapochnik, 1994: 150). Além de formar o público consumidor de ficção, a produção editorial alargava-se e diversificava-se, existindo demanda variada, mesmo de livros, revistas e jornais estrangeiros. Numa sociedade em que se macaqueava tudo do exterior, ser leitor desses periódicos era sinal de elevação.

As alterações na imprensa repercutiram na configuração do campo literário, que, entre os anos de 1836 e 1857, experimentou fatos importantes constituintes desse movimento duplo de interfecundação no campo intelectual e da cultura escrita. A década de 1840 teve destaque especial com o início da publicação do *Correio Mercantil*, que assumiu papel importante na atividade literária romântica, e com lançamento de *A Moreninha*, em 1844, de Macedo, que obteve sucesso e, no ano seguinte, alcançava já sua segunda edição. A trilha aberta por seu êxito, despertou, em Alencar, admiração e respeito pelo autor, que escreveu mais 17 romances entre melodramáticos, cômicos e históricos. (Alencar, 1965: 109).

Outro marco foi em 1852, quando Manuel Antônio de Almeida, no *Correio Mercantil*, começou a publicar suas *Memórias de um Sargento de Milícias*, que, terminadas, saíram em livro em 1854. Já em 1856, Gonçalves de Magalhães, instrumento da política cultural nacionalista do Imperador, lançava *A Confederação dos Tamoios*, sendo severamente criticado por Alencar, pela ausência de cor local e por sua forma. Poucos meses após terminado o debate, o crítico estreava como romancista. (Alencar, 1960: 864-922).

No entanto, se esses autores românticos e suas obras indicam o crescimento na produção do livro, o avanço na formação do público leitor e a movimentação intelectual, muitos ainda poderiam ser mencionados. Dentre tantos, destacam-se Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, Taunay ... Todos contribuíram para estabelecer uma produção ficcional nacional e para conquistar o leitor, influenciando na formação do gosto do público, das práticas e hábitos de leitura. Porém o folhetim teve também papel de destaque na conquista da simpatia para a ficção, conjugando interesses econômicos e criação literária, sendo usado como estratégia para ampliar as tiragens dos jornais, que intensificaram essas publicações. (Sodré, 1977: 279; Ferreira, 1999: 124).

No espaço do folhetim, tipo de criação importante na configuração da imprensa e do público leitor, o romance-folhetim e a crônica, um híbrido de literatura e jornalismo, cativaram o público para os jornais. Nesse lugar multiforme de narrativas de entretenimento, muitos jovens escritores prepararam-se para a atividade ficcional, dentre eles, Alencar, com suas crônicas, colaborando para o crescimento da venda de periódicos e livros.

A criação cultural literária inseria-se num sistema de publicações em bases comerciais modernas, sendo “encarada como mais um, dentre vários tipos especializados de produção, sujeito às mesmas condições, flutuações e caprichos do mercado.” Nessas novas condições,

as relações entre a literatura e a imprensa diária intensificaram-se violentamente, sobretudo com a difusão do folhetim. Com o folhetim, a obra literária passa a ser uma ‘mercadoria’ no verdadeiro sentido do termo; passa a ter seu preço fixado, é produzida de acordo com um certo padrão e é ‘fornecida’ em data previamente combinada. (Saliba, 1991: 44).

Tudo isso sugere a constituição, na Corte, nos decênios de 1840 e de 1850, de um corpo de leitores e ouvintes que consumiam novelas em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem dos jornais que as publicava e dos livros que as retomavam. O folhetim, como variedade, novidade e recreação, tinha seu espaço no campo de uma cultura de mercado, pois sua fórmula extremamente eficaz colaborava para o aumento na venda dos periódicos e impunha-se como alternativa cultural de elevada aceitação popular.

Mas o jornal, ao figurar como um empreendimento empresarial e moderno, trazia outro aspecto importante para compor o universo do texto impresso, do livro e da leitura, que era o anúncio e a propaganda. Alencar chamou a atenção para o anúncio de livros e folhetins, na imprensa da Corte, como meio para conquistar o leitor consumidor e peça-chave no ritual de lançamento de uma obra. Eles cercavam o lançamento do romance-folhetim ou dos livros, uma vez que esse produto saía da exclusividade do jornal e passava também para os editores associados na empreitada. (Alencar, 1965: 115,119; Meyer, 1996: 281-8, 294).

O jornal era veículo por excelência para a propaganda de livros e livrarias, reforçando com informações as tendências culturais e preferências do público. Além de divulgar as estatísticas de freqüentadores de bibliotecas, os leilões de livros e os anúncios de obras publicadas ou chegadas do estrangeiro, listando autores, títulos e mencionando preços, apresentava críticas literárias e comentários relacionados ao livro e à leitura. Ao lado do reclame, seções comentavam livros, como a *Gazetilba* e a *Várias Notícias*, a última do *Jornal do Comércio*. Elas ainda davam informes de circulação internacional de obras, preconizavam maior atenção do governo às questões culturais, discutiam temas referentes a leituras e leitores, e tratavam do comércio de obras. O público tomava conhecimento das novidades e das polêmicas, sendo tais escritos fonte de informação e chamariz para essas mercadorias. (Ferreira, 1999: 89, 109, 199).

Nesse contexto, a própria crônica também possuía um papel de mecanismo de propaganda, publicidade e formação de opinião, pois incorporava crítica literária e teatral, que divulgava, ao comentar, as produções do momento. A crítica que a crônica trazia, orientava a formação dos sentidos e dos valores do público, convertendo a avaliação, sobretudo, em caso favorável, num meio e instrumento de promoção de espetáculos e obras publicadas. Ela, dizia Alencar, produzia “sempre um efeito útil que é de aguçar a curiosidade. O mais rigoroso censor

mau grado seu presta homenagem ao autor, e o recomenda”. Portanto, os escritores, ao publicar um livro, ficavam ansiosos pelas críticas veiculadas pela imprensa; elas indicavam seu reconhecimento pelos seus pares e pelo público.(Alencar, 1965: 119, 800, v.1).

Desse modo, por intermédio desses vários meios de comunicação, escritos ou orais, o texto impresso, fosse ele em forma de livro ou do folhetim, de crônica ou o romance-folhetim, fosse prosa ou poesia, romance ou peça teatral, crítica, anúncio..., com os mundos configurados pelos autores, abria-se a seus leitores e a variadas refigurações.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, J. de. *Ficção Completa e Outras Escritos*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. 3 v.
- ALENCAR, J. de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. v. 4.
- BRAGANÇA, Aníbal. Uma Introdução à História Editorial Brasileira. *Cultura*, Lisboa, n.14, 2002, p. 57-83.
- CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed Ed., 2001.
- FERREIRA, T. M. B. C., *Palácios de Destinos Cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil(sua história)*. São Paulo: T. A Queiroz: EdUSP, 1985.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A Formação da Literatura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1955-1959.
- MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 287, 295-300.
- MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- MEYER, Malysé. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PINTO, Virgílio Noya. *Comunicação e Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1986.
- RIOS FILHO, Adolfo M. de. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de Leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero/FAPESP, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. São Paulo: s/e., 1923.

WERNECK, Maria Helena V. *Mestra entre Agulhas e Amores – a leitora do século XIX na literatura de Machado e Alencar*. 1985. 169f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.